STJ00111316

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

DIREITOS *do* CONSUMIDOR

10ª edição revista, atualizada e ampliada

gen
Editora FORENSE

STJ00111316

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *27.10.2020*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Theodoro Júnior, Humberto

Direitos do consumidor / Humberto Theodoro Júnior. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-9121-0

1. Brasil. [Código de defesa do consumidor (1990)]. 2. Defesa do consumidor – Legislação – Brasil. I. Título.

20-64016 CDU: 34:366(81)(094)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária – CRB-7/6439

abdr
Respeite o direito autoral

STJ00111316

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Abreviaturas e Siglas Usadas XXXI

Capítulo I – Conceito de Consumidor e de Fornecedor 3
1.1. Histórico do Código de Defesa do Consumidor 3
1.2. Direito intertemporal 4
1.3. Conceito de consumidor 5
I. Introdução 5
II. Teoria finalista 6
III. Teoria maximalista 7
IV. Teoria do finalismo aprofundado 8
V. Posição atual do STJ 9
VI. Vulnerabilidade *x* hipossuficiência 10
1.4. A pessoa jurídica como consumidor 11
1.5. Consumidor por equiparação 14
1.6. Conceito de fornecedor 15
1.7. Consumidor e fornecedor nos países da União Europeia 16
1.8. Jurisprudência 20
1.8.1. Consumidor. Definição. Alcance 20

Capítulo II – Política Nacional de Relações de Consumo 23
2.1. Política Nacional de Relações de Consumo 23
2.2. Princípios constitucionais de defesa do consumidor 25
I. Princípio da dignidade da pessoa humana 25
II. Princípio da liberdade 26
III. Princípio da isonomia 26
IV. Princípio da publicidade 27
2.3. Princípios do Código de Defesa do Consumidor 27
I. Vulnerabilidade do consumidor e a ação governamental 27
I.1. Vulnerabilidade do consumidor e o superendividamento 29

STJ00111316

I.2 – O endividamento e o dever de mitigar o dano 31
I.3 – A hipervulnerabilidade do consumidor idoso 33
II. Harmonização dos interesses dos consumidores e fornecedores e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico 34
III. Educação e informação dos sujeitos da relação de consumo quanto aos seus direitos e deveres 36
IV. Controle de qualidade e segurança de produtos e serviços 36
V. Meios alternativos de solução de conflitos 37
VI. Coibição e repressão de abusos praticados no mercado de consumo... 41
VII. Racionalização e melhoria dos serviços públicos 41
VIII. Estudo constante das modificações do mercado de consumo 41

2.4. O CDC visto como "lei principiológica" 42
2.5. Direito europeu 43

Capítulo III – Direitos Básicos do Consumidor 47
3.1. Direitos básicos do consumidor 47
3.2. Proteção da vida, saúde e segurança 48
3.3. Educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos ou serviços. Liberdade de escolha 48
3.4. Informação adequada e clara sobre os produtos e serviços 49
3.5. Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, bem como contra práticas abusivas 54
3.6. Proteção contra cláusulas abusivas 55
3.7. Prevenção e reparação de danos individuais, coletivos e difusos. Acesso aos órgãos judiciários e administrativos 57
3.8. Facilitação da defesa dos direitos do consumidor 58
3.9. Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral 59
3.9.1. Qualidade da prestação a cargo de concessionária de serviço público 60

Capítulo I Responsabilidade Civil 65
1.1. O sistema protetivo do consumidor, em matéria de responsabilidade civil 65
I. Legitimados passivos do pleito indenizatório 65
II. Legitimados ativos do pleito indenizatório 66
1.2. Os acidentes de consumo e a responsabilidade civil 67
1.3. O caráter objetivo da responsabilidade civil no âmbito das relações de consumo 69

STJ00111316

1.4. Os elementos da responsabilidade civil objetiva, no caso do fato do produto 71
1.5. Defeitos do produto ou serviço 75
I. O defeito do produto 75
II. Tipos de defeitos do produto 77
III. Produto não defeituoso 79
IV. Defeito do serviço 79
V. Excludentes de responsabilidade do fornecedor por defeito do produto ou do serviço ou do serviço 80
1.6. A responsabilidade pelos vícios do produto 83
I. Vícios do produto ou serviço 83
II. Sanções do fornecedor 85
III. Ignorância do fornecedor quanto aos vícios 86
1.7. A multiplicidade de responsáveis pelo acidente de consumo 86
1.7.1. Contrato de transporte 88
I. Transporte em geral 88
II. Transporte aéreo 88
III. Transporte terrestre 90
1.7.2. Contratos de intermediação 92
1.8. Contratos de agência e de corretagem 93
1.9. O reconhecimento do tempo do consumidor como um bem jurídico a ser protegido 95
1.10. Direito europeu 96
I. Responsabilidade por defeito do produto 96
II. Conformidade do produto com o contrato 97
1.11. Conclusões 98
1.12. Jurisprudência 99
1.12.1. Responsabilidade civil – fato do produto – prescrição 99
1.12.2. Vício do produto prazo de garantia ultrapassado 100
1.12.3. CDC transporte aéreo de pessoas extravio de bagagem 101
1.12.4. Veículos venda descumprida – responsabilidade solidária da concessionária e do fabricante 102
1.12.5. Consumidor vítima da explosão de garrafa – consumidor equiparado 102
1.12.6. Consumidor – assalto à mão armada em drive thru de estabelecimento comercial – fortuito interno 103

Capítulo II – Responsabilidade Civil na Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares 105
2.1. Prestação de serviços médicos e hospitalares 105
I. Responsabilidade do médico 105

STJ00111316

II. O consentimento informado 106
III. A perda de uma chance 109
IV. Responsabilidade do hospital 111
IV. Solidariedade entre médico e hospital 114
2.2. A responsabilidade subjetiva do médico e a inversão do ônus da prova 116
2.3. Importância da perícia médica 117
2.4. Responsabilidade do cirurgião plástico 117
2.5. Responsabilidade do anestesista 119
2.6. Jurisprudência 120
2.6.1. Responsabilidade objetiva de hospital – ato de cirurgião a ele não vinculado 120
2.6.2. Responsabilidade subjetiva de hospital – médicos a ele vinculados 121
2.6.3. Não aplicação do CDC a atendimento custeado pelo SUS em hospitais privados conveniados 121
2.6.4. Responsabilidade solidária entre médico e hospital 123
2.6.5. Cirurgia plástica – obrigação de resultado – caso fortuito 123
2.6.6. Cirurgia estética *x* cirurgia reparadora 123
2.6.7. Internação hospitalar – direito à retribuição pelos serviços prestados 124

Capítulo III – Responsabilidade Civil no Relacionamento Jurídico Eletrônico 125
3.1. Particularidades do relacionamento jurídico eletrônico 125
3.2. A legislação brasileira vigente sobre o comércio eletrônico 126
I. O Decreto nº 7.962/2013 126
II. O marco civil da internet – Lei nº 12.965/2014 128
3.3. Negócio final e negócio de intermediação por meio eletrônico 130
3.4. Responsabilidade civil do intermediador eletrônico 134
I. O provedor de conteúdo agindo como mero intermediário na celebração do contrato 134
II. Provedor de conteúdo que realiza buscas de produtos ou informações 136
3.5. Direito de arrependimento 138
I. Conceituação e requisitos para o exercício do direito de arrependimento 138
II. O direito de arrependimento no comércio eletrônico 139
3.6. Boas práticas no âmbito das relações estabelecidas em meio digital 140
3.7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 141
3.8. Direito europeu 142
3.9. Jurisprudência 143
3.9.1. Provedor de pesquisa – exibição de resultado potencialmente ofensivo – responsabilidade 143
3.9.2. Provedor de pesquisa – intermediação – responsabilidade civil 144

STJ00111316

Capítulo IV – Dano Moral 145
4.1. Dano moral nas relações de consumo 145
I. Introdução 145
II. O caráter punitivo do dano moral 146
III. Dano existencial 148
IV. Alguns julgados sobre o tema 149
4.2. Dano moral coletivo 154
4.3. Cadastro de proteção ao crédito 156
I. Introdução 156
II. Abusos na inclusão e manutenção dos dados 158
III. Ação revisional e os cadastros 158
IV. Dever de comunicação ao devedor antes da inscrição 159
V. Banco do Brasil e Banco Central 161
VI. Dano moral 162
4.3.1. Prazo de permanência do registro no cadastro 164
4.3.2. Cancelamento do registro negativo 166
4.3.3. Cadastro positivo dos tomadores de crédito 166
4.4. Direito europeu 170
4.5. Controle de saída de mercadorias do estabelecimento comercial 172
4.6. Jurisprudência 173
4.6.1. Responsabilidade civil – tabagismo – indenização de dano moral e material descabimento da indenização 173
4.6.2. Responsabilidade civil tabagismo – indenização de dano moral e material – cabimento da indenização 173
4.6.3. Dano moral coletivo 175

Capítulo V – Prescrição e Decadência 177
5.1. Conceito de prescrição e decadência no Direito Civil brasileiro 177
I. Prescrição 177
II. Decadência 178
5.2. Prescrição e decadência no CDC 179
5.3. Indenização por fato do produto. Prescrição 180
5.4. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, no regime do Código de Defesa do Consumidor 183
5.5. As ações de responsabilidade civil. Os prazos legais e os prazos de garantia 184
5.6. Jurisprudência 186
5.6.1. Responsabilidade civil – dano moral e dano material – defeito em prestação de serviços – prescrição 186
5.6.2. Responsabilidade civil fato do produto – prescrição 186

STJ00111316

Capítulo VI – Publicidade Enganosa e Praxes Abusivas 189
6.1. A publicidade e os serviços intermediários de informação 189
I. Introdução 189
II. Princípio da identificação da publicidade 190
6.2. Publicidade enganosa 191
I. Conceituação 191
II. Alguns julgados sobre o tema 194
6.3. Publicidade enganosa e contrato de incorporação 200
6.4. Responsabilidade do anunciante, da agência e do veículo de informação 204
6.5. Direito europeu 206
6.6. Jurisprudência 207
6.6.1. Propaganda enganosa – princípio da veracidade 207
6.6.2. TV – propaganda enganosa – responsabilidade do anunciante 208
6.6.3. Publicidade enganosa por omissão 208

PARTE III

Capítulo I – O Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor 213
1.1. A teoria do contrato no Código Civil 213
1.2. Concurso das regras do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil 216
1.3. Boa-fé e função social no campo das relações contratuais de consumo 217
1.4. Cláusulas abusivas no Código do Consumidor e no Código Civil 219
1.5. Função econômica e função social do contrato 220
1.6. Necessidade de harmonizar a função social com a função natural do contrato 223
1.7. Uma derradeira ponderação sobre defesa do consumidor, força do contrato e estado de direito democrático 225

Capítulo II – Contratos no Código Civil e no Código do Consumidor 227
2.1. Introito 227
2.2. O direito e as relações econômicas 227
2.3. O contrato e as operações econômicas 229
2.4. Contrato e ideologia da organização econômica 230
2.5. A ideologia do contrato no regime capitalista puro 231
2.6. Visão atual da autonomia de vontade no plano do contrato 232
2.7. As transformações do contrato na sociedade contemporânea 233
2.8. A revisão contratual e a segurança jurídica 235

STJ00111316

2.9. A sujeição do contrato de consumo aos princípios gerais do direito contratual ... 238
2.10. A função dos tribunais ... 241
2.11. A boa-fé como regra de conduta e base da revisão contratual ... 242
2.12. O entrelaçamento entre o equilíbrio contratual e a boa-fé objetiva ... 246
2.12.1. A configuração da relação de consumo como pressuposto do tratamento diferenciado do contrato previsto no CDC ... 248
2.12.2. Associação civil. Inexistência de relação de consumo entre associado e clube social ... 251
2.13. A revisão dos contratos no regime do Código de Defesa do Consumidor ... 251
2.14. Pretensa superioridade constitucional do Código de Defesa do Consumidor dentro do ordenamento jurídico nacional ... 254
2.15. Revisão do contrato desequilibrado (lesão) ... 257
2.16. Cláusulas abusivas ... 258
I. Introdução ... 258
II. Preservação do contrato ... 259
III. Declaração de ofício ... 261
IV. Alguns julgados sobre cláusulas abusivas ... 263
2.16.1. A abusividade da imposição do juízo arbitral ... 273
2.17. Limites da indagação de abusividade do contrato ... 274
2.17.1. A revisão contratual e a repressão à usura ... 276
2.18. Teoria da imprevisão ... 277
I. Alegação pelo consumidor ... 277
II. Alegação pelo fornecedor ... 282
2.19. A teoria da imprevisão no Código Civil ... 284
2.20. A teoria da imprevisão no direito comparado ... 285
2.21. O contrato de adesão e seu controle em juízo ... 289
2.22. Alguns equívocos da jurisprudência em matéria de revisão de contratos de consumo ... 292
2.22.1. A ruptura unilateral do compromisso de compra e venda na jurisprudência do STJ ... 300
2.23. Conclusões ... 303
2.24. Direito europeu ... 306
2.25. Jurisprudência ... 307
2.25.1. Compra e venda resilida pela vontade unilateral do adquirente Código do Consumidor – inviabilidade ... 307
2.25.2. Contrato – rescisão – pedido formulado pela parte inadimplente inviabilidade contrato anterior ao Código do Consumidor ... 307

STJ00111316

2.25.3. Contrato – art. 53 do CDC – inexistência de direito do devedor inadimplente a rescindir o negócio que ele mesmo descumpriu 308
2.25.4. Contrato – rescisão – teoria da imprevisão – desemprego do devedor – mora do credor que não providenciou a rescisão contratual 308
2.25.5. Rescisão contratual – pedido formulado por compromissário comprador inadimplente – inadmissibilidade – art. 53 do Código de Defesa do Consumidor 308
2.25.6. Compromisso de compra e venda – teoria da imprevisão – perda de emprego e inflação que não são eventos imprevisíveis – rescisão e restituição das quantias pagas – ajuizamento pelo contratante adimplente – inadmissibilidade 309
2.25.7. Promessa de compra e venda – modificação superveniente das condições do negócio – devolução das quantias já pagas 309
2.25.8. Rescisão de compra e venda – parcelas pagas – devolução – aplicação dos artigos 53, *caput*, e 6º, inciso V, da Lei nº 8.078/1990.... 309
2.25.9. Promessa de compra e venda – cláusula penal estabelecendo a perda das quantias pagas pelo compromissário comprador – art. 53 da Lei nº 8.078/1990 310
2.25.10. Rescisão contratual cumulada com reintegração de posse 310
2.25.11. Contrato – abusividade – alienação fiduciária – lei especial em vigor 310
2.25.12. Compromisso integralmente cumprido pelo vendedor – descabimento da resilição unilateral pelo adquirente 311
2.25.13. Cláusulas abusivas – impossibilidade de declaração de ofício pelo juiz 311
2.25.14. Disponibilização de ingressos na internet – Cobrança de taxa de conveniência – venda casada – abusividade 312

Capítulo III – Contratos Bancários e Aplicações Financeiras. Revisão Judicial. Juros Compensatórios e Juros Moratórios 315
3.1. A posição do STJ acerca de inadimplemento do banco na restituição de aplicação financeira (CDB) 315
3.2. Princípios do direito dos contratos 316
3.3. A revisão do contrato na visão do direito positivo 317
3.4. Equilíbrio econômico e boa-fé 318
3.5. Contratos de intermediação financeira 318
3.6. O fim do contrato e a conservação do negócio 321
3.7. Resultado da revisão judicial do contrato 322
3.8. Revisão judicial de contratos financeiros 323
I. Introdução 323
II. Ação de revisão do contrato 324

STJ00111316

3.9. A jurisprudência pacificada do STJ sobre revisão da cláusula de juros nos contratos bancários ... 326
3.10. Incidência do princípio do equilíbrio econômico e da boa-fé em contrato de aplicação financeira ... 328
3.11. Aplicação do CDC aos bancos. Jurisprudência do STJ fixada na forma de recurso repetitivo ... 331
3.12. Outras questões relacionadas com os contratos bancários enfrentadas em decisões do STJ ... 333
3.13. Jurisprudência ... 354
3.13.1. Alienação fiduciária de bem imóvel. Inaplicabilidade do art. 53 do CDC ... 354
3.13.2. Ação de prestação de contas. Débito em conta-corrente. Interesse de agir do correntista ... 354
3.13.3. Tarifa de emissão de boleto bancário. Ilegalidade do repasse ao consumidor ... 355
3.13.4. Mútuo firmado com instituição financeira. Desconto em conta-corrente. Legalidade ... 356

Capítulo IV – O Seguro e o Código de Defesa do Consumidor ... 357
4.1. Introdução ... 357
4.2. Noção de abusividade no contrato de consumo ... 357
4.3. O contrato de seguro e os direitos do consumidor ... 359
4.4. O contrato de seguro no Código Civil ... 361
4.5. O contrato de seguro não é aleatório, como outrora se pensava ... 363
I. Introdução ... 363
II. Seguro de vida em grupo ... 364
III. Seguro de vida individual ... 366
IV. Prescrição ... 369
4.5.1. Responsabilidade da seguradora ... 370
4.5.2. Interpretação de contrato de seguro e responsabilidade da seguradora ... 371
I. Introdução ... 371
II. Seguro de dano ... 371
III. Seguro de pessoas ... 372
4.6. A jurisprudência sobre a não renovação do seguro de vida em grupo ... 373
4.7. Previdência privada ... 376
4.8. Conclusões ... 378
4.9. Alguns julgados sobre seguro ... 379
4.10. Jurisprudência ... 381
4.10.1. Seguro de vida em grupo. Possibilidade de não renovação. Necessidade de prévia notificação ao segurado ... 381

STJ00111316

4.10.2. Seguro de vida individual. Rescisão unilateral pela seguradora em contrato renovado por vários anos. Descabimento 383

Capítulo V – Planos de Saúde 385
5.1. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor 385
5.2. Limitações nos planos 388
5.3. Reajustes 389
5.4. Cobertura 392
I. Extensão da cobertura, para abranger procedimentos interligados ao tratamento 392
II. Cobertura para incluir tratamento clínico experimental ou medicamento não registrado na ANVISA 394
III. Cobertura mínima 396
IV. Cobertura de procedimentos mais modernos 396
VII. Rol de procedimentos mínimos a serem cobertos elaborado pela ANS 397
5.5. Indenização 399
5.6. Permanência no plano 401
5.7. Outras questões relacionadas com os planos de saúde enfrentadas em decisões recentes do STJ e de outros tribunais 403
5.8. Jurisprudência 415
5.8.1. Plano de saúde. Cobertura. Tratamento mais moderno 415
5.8.2. Plano de saúde. Migração de plano coletivo para individual em razão da extinção do contrato de trabalho. Portabilidade das carências 416
5.8.3. Plano de saúde. Demissão imotivada do trabalhador. A seguradora não está obrigada a oferecer migração para plano individual caso não possua essa modalidade para comercialização 417
5.8.4. Plano de saúde. Observância da abrangência da segmentação efetivamente contratada para procedimentos de urgência e emergência 418

Capítulo VI – A Incorporação Imobiliária e o Código de Defesa do Consumidor 419
6.1. O Código de Defesa do Consumidor e a regulamentação dos contratos pelo direito privado tradicional 419
6.2. Os contratos imobiliários e o Código de Defesa do Consumidor 421
I. Introdução 421
II. Contrato de administração 422
III. Contrato de locação 423
IV. Contrato de incorporação 423
V. As relações entre o adquirente e o serviço notarial 425

STJ00111316

6.3. O negócio jurídico da incorporação 425
6.4. A solução para o inadimplemento do adquirente da unidade autônoma 429
I. Realização do leilão, previsto no art. 63 da Lei nº 4.591/1964 429
II. A resolução do contrato por inadimplemento do adquirente, em face da Lei n. 13.786/2018 433
6.5. Impossibilidade da restituição pela construtora/incorporadora da integralidade das prestações pagas pelo inadimplente 436
6.6. A correção do critério eleito pelo art. 63 da Lei de Incorporação 439
6.7. O que, na incorporação, se submete ao CDC 442
6.8. Condutas consideradas abusivas pela jurisprudência 444
I. Cobrança de taxa de corretagem e taxa SATI 444
II. Alienação fiduciária em garantia instituída pela construtora após a quitação da unidade habitacional 446
6.9. Prescrição 446
6.10. Alguns julgados sobre o tema 447
6.11. Direito europeu 448
6.12. Conclusões 450
6.13. Jurisprudência 451
6.13.1. Incorporação – regime de administração – restituição de parcelas ao adquirente de unidade 451
6.13.2. Compra do apartamento em construção – "juros no pé" 452
6.13.3. Promessa de compra e venda de imóvel em construção – abusividade da cobrança de juros durante a obra 453
6.13.4. Promessa de compra e venda de imóvel – resilição por ato do comprador inadimplente – possibilidade 453
6.13.5. Cobrança de taxa de corretagem e taxa SATI 454
6.13.6. Prescrição – indenização por inadimplemento contratual 454

Capítulo I – Questões Processuais nas Ações do Consumidor 459
1.1. Competência 459
1.1.1. Foro de eleição em contrato de consumo 460
1.2. Inversão do ônus da prova 461
1.2.1. O caráter excepcional da inversão do ônus da prova 462
1.2.2. O reequilíbrio entre consumidores e fornecedores 464
1.2.3. As provas diabólicas ou impossíveis no sistema geral do processo 465
1.2.4. O momento processual da inversão do ônus da prova 468
1.2.5. Inversão por ato do juiz e inversão *ex lege* 471

STJ00111316

1.2.6. Conclusões 472
1.3. A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de responsabilidade civil 473
I. Introdução 473
II. Procedimento 476
III. Decadência 477
1.4. Denunciação à lide 478
1.5. Dispensa de advogado nas ações do Juizado Especial 479
1.6. Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública individual como substituto processual 480
1.7. Jurisprudência 480
1.7.1. Código do Consumidor – inversão do ônus da prova – responsabilidade dos profissionais liberais 480
1.7.2. Código de Defesa do Consumidor – inversão do ônus da prova – ausência de verossimilhança – consumidor não hipossuficiente 481
1.7.3. CDC – inversão do ônus da prova – encargo impossível – momento processual inadequado 481
1.7.4. Código de Defesa do Consumidor – foro de eleição – hipossuficiência do consumidor não comprovada – validade 482
1.7.5. Código de Defesa do Consumidor – desconsideração da personalidade jurídica – desnecessidade de demonstração de abuso – mera prova de insolvência da pessoa jurídica 482
1.7.6. Código de Defesa do Consumidor – denunciação da lide – norma insculpida em benefício do consumidor 483

Capítulo II – Os Poderes do Juiz na Concretização do Direito 485
2.1. Direito e substância 485
2.2. Direito e outras normas de comportamento social 486
2.3. Do autoritarismo ao estado de direito 487
2.4. O juiz revela e aplica o direito *in concreto* 488
2.5. A arte de julgar 490
2.6. Limites da atividade criadora do juiz 492
2.7. A incompatibilidade do *judge made law* com a sistemática de nosso direito fundamental 494
2.8. Aplicação de "cláusulas gerais" pelo juiz 495
2.9. Conclusões 496

Capítulo III – Ação Coletiva de Direitos do Consumidor 501
3.1. As ações coletivas 501
I. Histórico 501

STJ00111316

II. Direito material coletivo e direito processual coletivo 502
III. Ações coletivas possíveis após o CDC 503
IV. Direitos individuais homogêneos 504
V. Direitos difusos e coletivos 504
VI. Procedimento único 505
3.2. Condições da ação 507
3.3. Legitimidade *ad causam* 508
3.4. A legitimidade de parte nas ações do Código de Defesa do Consumidor 509
I. Introdução 509
II. Possibilidade de intervenção do consumidor em ação coletiva 511
III. Legitimidade do condomínio de adquirentes de edifício em construção 511
IV. Sucessão do autor por outro colegitimado 512
3.5. O Ministério Público e as ações coletivas 514
I. Direitos individuais homogêneos 514
II. Direitos individuais indisponíveis 519
3.6. A ação coletiva intentada por associação civil 519
I. Introdução 519
II. Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos 524
III. Defesa coletiva de direitos dos associados 524
IV. A associação e a ação civil pública 525
V. Ações coletivas promovidas por sindicatos 526
3.7. As associações e os direitos difusos 527
3.8. O requisito da pré-constituição da associação civil 528
3.9. Legitimidade da Defensoria Pública para ajuizar ação coletiva 531
3.10. Conceito de interesses e direitos individuais homogêneos 534
3.11. Limite territorial da sentença e sua publicidade 536
3.12. Coisa julgada 538
3.13. Jurisprudência 539
3.13.1. Ação coletiva – legitimidade *ad causam* – associação 539
3.13.2. Associação – defesa dos associados – ação coletiva – transporte aéreo – taxa aduaneira 540
3.13.3. Ação civil pública – ação proposta pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) – planos de assistência médica e hospitalar – ilegitimidade *ad causam* 540
3.13.4. Associação – defesa de interesses coletivos de seus associados 540
3.13.5. Ação coletiva – associação civil 541
3.13.6. Ação civil pública – IDEC 541

STJ00111316

3.13.7. Ação civil pública – competência em caso de dano ao consumidor em escala nacional 541
3.13.8. Ação civil pública – legitimidade da Defensoria Pública 542
3.13.9. Ação civil pública – associação – dispensa do requisito temporal 543

Capítulo IV – Tutela Provisória em Ação Civil 545
4.1. Introito 545
4.2. Processo e Constituição 545
4.3. A garantia do devido processo legal 547
4.4. A ação civil pública 548
4.5. A Lei nº 7.347/1985 550
4.6. A ação cautelar movida pelo Ministério Público contra as administradoras de consórcio 551
4.7. Violação dos princípios da tutela cautelar 552
I. Notícia sobre as medidas provisórias de urgência no CPC/2015 552
II. O caso em análise 553
4.8. Impossibilidade de transformar a ação cautelar inominada em inquérito para devassa na atividade empresarial dos demandados 558
4.9. Síntese geral 560
4.10. Conclusões 562
4.11. Jurisprudência 563
4.11.1. Interesses coletivos – legitimidade ativa do Ministério Público 563
4.11.2. Ação civil pública aumento nas mensalidades escolares – legitimidade ativa *ad causam* do Ministério Público 563
4.11.3. Ação civil pública – mensalidades escolares – Ministério Público interesse coletivo legitimação ativa 563
4.11.4. Ministério Público – ação civil pública – defesa de interesses de adquirentes de unidades em conjunto habitacional ameaçadas de ruína 564
4.11.5. Ação civil pública plano de saúde – mensalidade – reajuste – Ministério Público – *legitimatio ad causam* – Código de Defesa do Consumidor 564
4.11.6. Ministério Público medida cautelar – defesa dos interesses ou direitos coletivos – livros e documentos – apreensão de cunho satisfativo – inadmissibilidade 564
4.11.7. Medida cautelar – ação principal – não propositura no prazo legal – extinção do processo 565
4.11.8. Medida cautelar inominada – pedido objetivando forçar a Municipalidade a cumprir o contrato celebrado 565

STJ00111316

4.11.9. Ministério Público – ação civil pública – ação coletiva – defesa de interesses individuais homogêneos – cláusulas abusivas 565

Capítulo V – Execução em Ação Coletiva 567
5.1. Execução de sentença coletiva 567
5.2. Execução da sentença de ação coletiva intentada por meio de associação 569
5.3. Execução da sentença de ação coletiva promovida por sindicato 570
5.4. Execução coletiva por sindicato. Posição consolidada do STF e do STJ 571
5.5. Execução da sentença da ação civil pública relativa a direitos individuais homogêneos em geral 573
5.6. Execução da sentença coletiva pelos legitimados, quando não houver habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano 573
5.7. Mora na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos 575
5.8. Jurisprudência 576
5.8.1. Execução coletiva – associação 576
5.8.2. Execução coletiva – sindicato 577
5.8.3. Execução coletiva – possibilidade 577
5.8.4. Execução coletiva – atuação do sindicato como substituto processual 578
5.8.5. Execução de sentença coletiva pelos legitimados – *Fluid recovery* 578

Capítulo VI – As Ações de Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços 581
6.1. Noção de ação de responsabilidade civil 581
6.2. Ações individuais e ações coletivas 581
6.3. Jurisprudência 583
6.3.1. Responsabilidade civil – danos causados pelo fato do produto – consumidor por equiparação 583
6.3.2. Responsabilidade civil – fato do produto – responsabilidade do comerciante – REsp 402.356/MA 583
6.3.3. Responsabilidade civil – defeito do serviço – solidariedade de todos da cadeia de prestação do serviço 584
6.3.4. Responsabilidade civil – vício de qualidade ou quantidade do produto – solidariedade 584
6.3.5. Responsabilidade civil – troca de mercadoria – prazo em benefício do consumidor 586

Bibliografia 587